

Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu

LEI Nº 534 DE 18 DE DEZEMBRO

DE 1990.

ESTÍMA A RECEITA E FIXA A DESPE-SA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU, PARA O EXERCÍCIO DE 1991.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU, Decreta e Eu Sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Cachoeiras de Macacu-RJ, para o exercício financeiro de 1991 que estíma a RECEITA em CR\$ 1.150.000.000,00 (Hum bilhão e cento e cinquenta milhões de cruzeiros) e fixa a DESPESA em igual importância.
- Art. 2º A RECEITA será realizada mediante a arrecadação dos Tributos, Renda e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramen to:

RECEITAS CORRENTES

| - | Receita | Tributária | 59.810.000,00 |
|---|----------|--------------------|----------------|
| - | Receita | Patrimonial | 3.620.000,00 |
| _ | Receita | Agropecuária | 30.000,00 |
| - | Receita | Industrial | 15.000,00 |
| | | rências Correntes | 980.801.000,00 |
| - | Outras F | Receitas Correntes | 16.448,400,00 |

RECEITAS DE CAPITAL

| - Operações de Crédito | 18.000.000,00 |
|------------------------------|---------------|
| - Alienação de Bens | 5.000.000,00 |
| - Transferências de Capital | 60.002.990,00 |
| - Outras Receitas de Capital | 6.262.610,00 |

TOTAL GERAL DA RECEITA

1.150.000.000,00

Art. 3º - A DESPESA será realizada segundo a discriminação dos ane xos que apresentarão sua composição de conformidade com a legislação em vigor, por Funções e por Órgãos, conforme o seguinte desdobramento sintético:

DESPESAS FOR FUNÇÕES

| - | Legislativa | 63.756.800,00 |
|---|-------------------------------------|----------------|
| - | Judiciária | 7.088.000,00 |
| - | Administração e Planejamento | 216.721.110,00 |
| | Agricultura | 15.477.900,00 |
| - | Defesa Nacional e Segurança Pública | 9.880.000,00 |
| | Educação e Cultura | 332.748.690,00 |
| - | Habitação e Urbanismo | 113.725.990,00 |
| - | Indústria/Comércio e Serviços | 22.102.000,00 |
| | Saúde e Saneamento | 167.752.310,00 |
| | Assistência e Previdência | 70.193.300,00 |
| | Transporte | 130.553.900,00 |

TOTAL POR FUNÇÕES

1.150.000.000,00

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu

DESPESAS POR ÓRGÃO

| - | Câmara Mun: | 57.433.700,00 | |
|---|-------------|-----------------------------------|----------------|
| | Gabinete do | 58.441.100,00 | |
| - | Assessoria | 4.636.000,00 | |
| | Procurador: | 7.088.000,00 | |
| | | Turismo/Esporte e Lazer | 38.085.500,00 |
| | | Munic. de Administração | 18.745.600,00 |
| | | Pessoal e Rec. Humanos | 8.331.100,00 |
| | | Munic. de Fazenda | 119.354.200,00 |
| | Depart. de | | 16.841.480,00 |
| | | Contabilidade ' | 3.655.730,00 |
| | | Fiscalização | 22.308.000,00 |
| | Depart. do | | 3.474.200,00 |
| | | Munic. de Obras e Viação | 9.870.200,00 |
| | | Transporte/Estr. de Rodagem | 81.891.000,00 |
| | | Obras e Conservação | 169.583.600,00 |
| | | Planejamento | 3.823.200,00 |
| - | Secret. Mur | nic. Educação/Cultura-GAB | 16.081.100,00 |
| | Depart. de | | 267.535.690,00 |
| | | Administração | 12.177.000,00 |
| - | Depart. de | Cultura | 20.971.400,00 |
| - | Secret. Mur | nic. Saúde/Meio Amb./Prom. Social | 7.939.900,00 |
| | | | |

TOTAL POR ÓRGÃOS

1.150.000.000,00

- Art. 4º Para efeito de realização da receita orçamentária prevista na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a contratar durante o exercício de 1991, financiamentos até o montante de CR\$ 18.000.000,00 (Dezoito milhões de cruzeiros).
- Art. 5º A efetivação das operações de que trata o artigo 4º, se con dicionará a observância das normas contidas nas Resoluções do Senado Federal e Banco Central do Brasil, que regulam o endividamento municipal.
- Art. 6º Para garantir o pagamento do principal, juros, correção, multas e demais encargos financeiros, decorrentes dos empréstimos previstos no artigo 4º, fica o Poder Executivo au torizado a outorgar as instituições financeiras, com poderes para substabelecer, mandatos plenos e irrevogáveis para receber, nos vencimentos de quaisquer das referidas obrigações financeiras, perante os órgãos ou entidades competentes da União, Estado, Sociedade de Economia Mista ou Bancos depositários, as importâncias correspondentes ao produto das receitas orçamentárias, próprias ou transferidas, inclusive cotas-partes do Imposto de Circulação de Mercadorias.
- Art. 7º Fica, finalmente o Poder Executivo autorizado a:
 - I --abrir créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, para atender a reforço de dotações que se tornarem insuficientes;
 - II- realizar operações de crédito por antecipação da Recei ta até o limíte e nas condições previstas na legislação em vigor

Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu



- III- efetuar tranferências de um recurso para outro das do tações fixadas para as despesas das mesmas atividades e ou projetos e mesma natureza da despesa, quando necessárias tais redistribuições.
- IV firmar contratos aditivos e outros instrumentos públicos e particulares, necessários a obtenção dos empréstimos e a outorga das garantias de que trata a presente Lei.
- Art. 8º O Orçamento de seguridade social do Município de Cachoeiras de Macacu para o exercício de 1991 totalizou a importância de CR\$ 206.195.910,00 (Duzentos e seis milhões, cento e no venta e cinco mil e novecentos e dez cruzeiros), cujos valores estão incorporados ao presente orçamento fiscal, inclusive seus anexos, conforme o seguinte desdobramento sintético:

POR ÓRGÃO

| - Câmara Municipal - Secretaria Municipal de Fazenda - Secr. Munic. Saúde/Meio Amb./P.Social - Departamento Ambulatorial - Departamento Hospitalar - Departamento de Assistência Social - Departamento de Saúde Coletiva | 943.000,00 34.132.200,00 7.939.900,00 7.243.900,00 101.956.300,00 35.118.100,00 18.862.510,00 |
|--|---|
| TOTAL | 206.195.910,00 |
| POR FUNÇÃO - Saúde e Saneamento - Assistência e Previdência | 136.002.610,00 70.193.300,00 |
| TOTAL | 206.195.910,00 |

- Art. 9º O Poder Executivo no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará por unidade orçamentária para cada órgão que integram os orçamentos de que trata esta Lei, os quadros dedetalhamento da despesa, especificando para cada categoria de programação, os elementos de despesas e os respectivos desdobramentos.
- Art.10º Esta Lei Municipal entra em vigor a partir de Ol de janeiro de 1991, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 18/DEZEMBRO/1990.

CEZAR DE ALMEIDA Prefeito Municipal